

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.709 - PR (2014/0221023-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS**  
**ADVOGADO : ANANIAS CEZAR TEIXEIRA E OUTRO(S) - PR025976**  
**RECORRIDO : JEZEMIEL VEIGA MAURÍCIO**  
**ADVOGADO : FABIANO NEVES MACIEYWSKI E OUTRO(S) - PR029043**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJPR, assim ementado (fls. 257/259):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - ACIDENTE - RUPTURA DE OLEODUTO - VAZAMENTO DE ÓLEO - DANO AMBIENTAL - PROIBIÇÃO DA PESCA - APELAÇÃO 2 - RECURSO DE APELAÇÃO PREPARADO NO DIA SEGUINTE À INTERPOSIÇÃO DO RECURSO - AGRAVO RETIDO - PREJUDICADO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - MANUTENÇÃO - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO - MANUTENÇÃO - INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS - LUCROS CESSANTES - JUROS - SÚMULA 54 DO STJ - SALÁRIO MÍNIMO DA ÉPOCA - CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC - ATUALIZAÇÃO DA MOEDA - REFORMA DA SENTENÇA - RECURSOS - AGRAVO RETIDO - PREJUDICADO - APELAÇÃO 1 - PROVIMENTO PARCIAL - APELAÇÃO 2 - NÃO CONHECIMENTO.

1.- Para o fim de conhecer e julgar ação de indenização é competente o foro do local da ocorrência dos danos suscitados na pretensão inicial, ainda que a causa material tenha ocorrido em lugar diverso. Inteligência da alínea "a", inc. V, do art. 100 do CPC;

2. - Inexistindo autonomia substancial da vontade e declaração de efetiva e real transação, há, indubitavelmente, possibilidade jurídica de pleitear valores indenizatórios sem que ocorra ofensa de qualquer natureza a termo de recibo firmado a título de ajuda de custo, por adesão unilateral em relação jurídica de evidente desproporção material entre as partes e, por isso mesmo, podem ser compensados valores já recebidos e aqueles já fixados no presente acórdão;

3.- Produzir prova é direito da parte; contudo, a instrução

probatória serve ao processo e deve ser mensurada pelo juiz. Na hipótese, além do fato ser notório, amplamente noticiado na mídia falada e escrita, as circunstâncias provadas ou admitidas configuram os elementos de base da responsabilidade civil, e possibilitam o julgamento conforme o estado do processo, não importando em cerceamento de defesa;

4.- A modalidade de responsabilidade do agente poluidor é objetiva, nos termos do art. 14, parágrafo primeiro da Lei 6.938/81, não afastada no caso por ausência da alegada excludente da responsabilidade por força maior, especialmente quando o fato (deslocamento de terra) não seria causa suficiente para gerar as seqüelas (interdição à pesca) advindas do rompimento de poliduto e o conseqüente derramamento de óleo que dbstou a atividade profissional do pescador;

5.- A privação real e efetiva das condições mínima de sustento próprio e de sua família, e a ablação, ainda que temporária, das condições de trabalho e renda, geram consternação, infortúnio e constrangimento que, por si só, implicam reconhecimento de dano moral;

6.- Não conhecimento do Recurso de Apelação da requerida, Recurso de Apelação da requerida, Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, uma vez que fora preparado no dia seguinte à interposição do recurso. Deserção caracterizada. Recurso não conhecido.

7. - Agravo retido prejudicado em face da deserção no que tange à apelação.

8. - Dano moral, cuja o valor será mantido em R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). Valor suficiente para arcar com a função ressarcitória e repreensora.

9. - Nas verbas indenizatórias decorrentes da compensação dos danos morais, os juros moratórios incidem a partir do evento danoso, (Súmula 54 do STJ), enquanto a correção monetária, por se tratar de mera atualização da moeda, se corrige pelo INPC, a partir da fixação definitiva;

10.- As perdas e danos decorrentes de responsabilidade civil ambiental objetiva compreendem prejuízos (danos emergentes), decorrentes da proibição da pesca, e lucros cessantes derivados da ausência de possibilidade do exercício normal dos afazeres profissionais do pescador no período de recuperação da ictiofauna;

11. - Em se tratando de verbas indenizatórias decorrentes de danos materiais, para os quais o salário mínima vigente à época do

acidente é o parâmetro, os juros moratórios incidirão da data do evento danoso (Súmula 54 do STJ) e a correção monetária, por se tratar de atualização da moeda, será aplicada de acordo com o INPC, a partir da data do ajuizamento da ação, como pedido.

Nas razões do especial, a recorrente alega afronta aos arts. 511 do CPC; 960 e 1.064 do CC/1916. Aduz que devidamente recolhido e comprovado o preparo para interposição da apelação, devendo ser revisto seu recurso pela origem. Acrescenta que "em se tratando de indenização fixada na sentença, somente a partir dela é que deve incidir não somente a correção monetária, mas igualmente os juros de mora" (fl. 314). Argui que o ressarcimento dos lucros cessantes, com o "pagamento de 18 meses além dos da proibição enseja negativa de vigência ao artigo 402 do CC, e enriquecimento sem causa do Recorrido, o que é vedado pelo art. 884, do Código Civil" (fl. 316).

Aponta, ainda, dissídio jurisprudencial e traz julgados em abono de sua tese.

Foram apresentadas Contrarrazões às fls. 369/389, e-STJ.

Delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Primeiramente, destaca-se que o Tribunal de origem afastou a existência de erro material no serviço cartorário quanto ao protocolo da petição de apelação, bem como imputou a deserção à ausência de diligência do recorrente, fundamentando nos seguintes termos (fls. 298/300, e-STJ):

Em primeiro lugar, reiterando o entendimento jurisprudencial que serviu de apoio ao acórdão ora embargado, a responsabilidade pelo atendimento dos pressupostos de admissibilidade é do Recorrente, a quem incumbe fiscalizar e diligenciar para o correto cumprimento de todos os atos. É o que se extrai do precedente mencionado:

(...)

Dessarte, era exclusivamente do ora Embargante a responsabilidade pela interposição do recurso de apelação simultaneamente ao pagamento das custas devidas, na forma determinada pelo artigo 511 do Código de Processo Civil. Nesse

sentido, incumbia-lhe diligenciar para que a data aposta no protocolo da petição original correspondesse não apenas à data indicada na sua cópia da petição recursal, mas também à data do preparo.

Não há como admitir que, após transcorridos mais de 3 (três) meses da interposição do recurso, venha o Apelante a suscitar o "erro" no preenchimento da data indicada na petição original do apelo, em virtude de suposto equívoco do funcionário do Cartório. Ainda que, por hipótese argumentativa, o alegado erro estivesse comprovado, melhor sorte não assistiria ao ora Embargante, pois era dele a obrigação de verificar tal circunstância no ato de interposição do recurso.

Ademais, os pressupostos de admissibilidade do presente recurso devem ser examinados de acordo com os elementos que estão presentes nestes autos, sendo irrelevante o volume de trabalho do advogado do Apelante, mesmo porque, independentemente do número de clientes, o patrono deve diligenciar para que o seu mister seja efetuado com previsão legal.

Nesse sentido, incumbia ao patrono do Recorrente protocolar a petição do recurso de apelação juntamente com a cópia respectiva, atentando para a data inserida nas duas petições (original e cópia). No caso presente, o que se verifica é que a petição original do apelo (fls. 145) sequer foi recebida pelo mesmo funcionário que protocolou a cópia, pois as assinaturas constantes em ambas são diversas. Evidente, pois, que o Apelante não agiu com diligência ao protocolar a petição recursal.

Diante dessas circunstâncias, não há como dar guarida à alegação de "erro material" que o Embargante pretendia imputar ao serviço Cartorário. Ora, a deserção do apelo não foi fruto de equívoco escusável, mas sim da falta de diligência do patrono do Apelante, o qual não atentou para a necessidade de comprovar que o preparo do recurso foi efetuado no mesmo dia do protocolo da petição recursal.

Nesse sentido, não havendo omissão, obscuridade, contradição ou mesmo erro material a justificar nova apreciação dos pressupostos de admissibilidade do recurso de apelação, merecem ser mantidos os fundamentos que justificaram o não conhecimento do recurso.

Em suma, se persiste o inconformismo do embargante, ele deve ser suscitado pelas vias recursais próprias, pois os embargos declaratórios não são a via adequada para a rediscussão da matéria já decidida com base em fundamentação suficiente.

Ocorre que a recorrente não atacou esses fundamentos no recurso especial,

motivo pelo qual a argumentação exposta não possui elementos aptos a infirmar as razões lançadas no acórdão recorrido, aplicando-se, na espécie, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284/STF.

**Precedentes:**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não traz insurgência específica capaz de combater fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, não deve ser admitido. Incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 926.467/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 1º.12.2016, DJe 9.12.2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARTÕES TELEFÔNICOS COM CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

(...)

4. É deficiente a argumentação que não guarda correlação com o decidido nos autos, deixando de impugnar a fundamentação do julgado. Súmulas n. 283 e 284 do STF.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.391.525/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.11.2014, DJe 12.12.2014).

No que tange ao pagamento dos lucros cessantes, verifica-se que o

Tribunal de origem fixou a indenização baseando-se no salário mínimo e no período de tempo mínimo para recomposição da vida marinha após o acidente ambiental; rever tal premissa implicaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório. Incidência, no ponto, da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO AMBIENTAL QUE ENSEJOU PREJUÍZOS MORAIS E MATERIAIS A PESCADOR ARTESANAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. NÃO CONFIGURAÇÃO DO CERCEAMENTO DE DEFESA. APLICAÇÃO DA TEORIA DO RISCO INTEGRAL. OCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS. LUCROS CESSANTES E SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. REEXAME DE FATOS E DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no AREsp 99092/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 5.3.2013, DJe 1.4.2013).

Por fim, em relação aos juros de mora, anoto que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento consolidado por esta Segunda Seção, no julgamento do REsp 1.114.398/PR, relator o Ministro SIDNEI BENETI, submetido ao rito dos recursos repetitivos, segundo o qual "o termo inicial de incidência dos juros moratórios é a data do evento danoso, no tocante aos valores devidos a título de dano material e moral".

Não há o que se reformar, o Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

